

SESSÕES DO PLENÁRIO

43ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de maio de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO – VICE – PRESIDENTE)

À hora regimental, 14h44, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Ricardo Rodrigues, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (50)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Leitura do Expediente:

O F Í C I O

Do Deputado Patrick Lopes comunicando que, por motivo de saúde, conforme atestado médico apresentado, esteve ausente na Sessão do dia 20/05/2024.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pequeno Expediente. (**oradores inscritos**)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes; meu caro amigo, deputado Samuel Junior; deputado Luciano Simões; meu líder e

grande amigo, deputado Alan Sanches, que, com as bênçãos de Deus, no futuro próximo, na próxima legislatura, estará lá em Brasília nos representando; deputado Leandro de Jesus; imprensa aqui presente.

Eu queria, no dia de hoje, mais uma vez, falar do meu repúdio às empresas aéreas. Deputado Zé Raimundo, V. Ex.^a que é lá da nossa querida Vitória da Conquista, nós praticamente não temos mais opções de voos diretos na Bahia. Os poucos que ainda temos, quando temos, seja para Vitória da Conquista, seja para Porto Seguro, seja para Ilhéus, seja para outras cidades importantes do nosso estado, são do mesmo preço de se fazer uma viagem internacional.

Quando não se tem esse voo direto, em um voo de aproximadamente 55 minutos, como o de Salvador a Vitória da Conquista, você gasta 6 horas, porque você tem de ir para Confins, num voo de 2 horas, esperar de 1 hora a 1 hora e meia no aeroporto, para pegar um voo de 2 horas e meia, o que é um absurdo.

Isso deve ter uma ação imediata das autoridades, sejam federais, sejam estaduais, para que esse absurdo não continue prejudicando o turismo, prejudicando a economia, prejudicando todos em nosso estado. Então, mais uma vez, eu queria falar do meu repúdio às empresas aéreas que realmente não prestam um bom serviço, não oferecem voos diretos e não têm opções para que você possa se deslocar dentro do nosso estado.

Queria falar também, e repudiar, a atitude contra a pré-candidata a prefeita de Entre Rios, Maria Quitéria, que sofreu realmente agressões verbais, o que foi também repudiado por esta Casa, se não me engano, pela deputada Fabíola Mansur. Espero que isso não seja por conta da política, porque não existe agredir verbalmente uma mulher, a mulher tem de ser respeitada.

E, nesse contexto também, eu queria trazer o meu repúdio contra o pré-candidato a prefeito de Lauro de Freitas, candidato da prefeita de lá, candidato da atual gestão municipal. Ele disse que ia tapar a boca da pré-candidata da Oposição, a vereadora Débora Regis, numa demonstração de desrespeito às mulheres, numa demonstração de que não está preparado para exercer, não só o cargo de prefeito, mas também para disputar de forma democrática uma eleição. Ao agredir uma mulher, agredir a sua adversária sem ter respeito, não só a essa mulher, mas, tenho certeza, também desrespeitou todas as mulheres de Lauro de Freitas.

O que ele deve fazer, junto com a gestão municipal, é tapar os buracos da cidade, tratar a cidade com atenção e não com a falta de atenção que está destruindo a cidade Lauro de Freitas, que é uma das cidades mais importantes do nosso estado e não tem tido uma administração que zele pelo seu povo, uma administração que faça o dever de casa. Pelo contrário, estão destruindo essa cidade tão importante.

Então, fica aqui o meu repúdio a esse pré-candidato a prefeito apoiado pela atual gestão municipal, o pré-candidato da prefeita de lá. Ele disse, repito, que iria tapar a boca de uma mulher. Uma mulher honesta, que trabalha, que está disputando de forma democrática a pré-candidatura a prefeita, procurando uma forma de melhorar a cidade que ela ama, a cidade onde ela quer trabalhar.

Então fica o meu repúdio a essa agressão às mulheres, seja lá em Cardeal da Silva, seja em nossa vizinha Lauro de Freitas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Pedro Tavares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado Leandro de Jesus, pela ordem de inscrição, já que Matheus Ferreira não se encontra e o seguinte é Leandro de Jesus, pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos os colegas aqui presentes, os servidores, a imprensa.

Pedro, quero manifestar também meu apoio à sua fala, bem como à pré-candidata em Lauro de Freitas, Débora Regis. Quero dizer muito claramente aqui que aqueles que ameaçam mulheres são verdadeiros (Expressão retirada pela Presidência.). Essa é a verdade. Quem se coloca numa situação de ameaçar mulher é um verdadeiro covarde. Que isso fique bem claro e que Lauro de Freitas consiga compreender quem é quem. Aqueles que se colocam nessa situação de ser um ameaçador de mulheres não merecem ter qualquer espaço na política. Então, que isso fique aqui bem claro.

Por falar em (Expressão retirada pela Presidência.), eu quero parabenizar aqui um projeto aprovado na Câmara dos Deputados que visa exatamente punir (Expressão retirada pela Presidência.), punir transgressores da lei, punir aqueles que não respeitam a liberdade e, nesse caso, estou falando do direito à propriedade.

Nós tivemos exatamente na Câmara dos Deputados a aprovação do (lê) “(...) *texto-base do projeto que pune quem promover ou realizar ocupações de terras rurais e prédios públicos no Brasil. Aprovado por 336 votos contra 120...*”. Então, esse texto traz exatamente a punição para criminosos, para (Expressão retirada pela Presidência.), que costumam invadir propriedades alheias, a exemplo deste movimento criminoso, o MST, como se sabe.

O texto diz o seguinte para quem participar de tais invasões: (lê) “(...) *fica proibido de ser beneficiário de reforma agrária, de receber qualquer benefício do governo federal, como o Bolsa Família ou participar do Minha Casa Minha Vida, de participar de concurso público, entre outras restrições...*”

Eu também sou autor de um projeto similar aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Esses que cometem crimes, esses que promovem a invasão de terras, que promovem os atos terroristas, o terrorismo no campo, devem, sim, ser punidos.

Estamos falando aqui de restrições, de penalidades que, ainda não, ainda não estão na esfera criminal, mas isso já é um avanço na defesa da propriedade, na defesa de quem trabalha, na defesa dessas famílias que são aterrorizadas por esse movimento, o MST, que é uma verdadeira organização criminosa, e seus movimentos similares.

Essas práticas em nada podem se comparar a movimento social ou à busca da justiça social. Na realidade, nós estamos acostumados a ver em todo e qualquer lugar por onde esse movimento passa, mas falando aqui especialmente da Bahia, destruições, ameaças, famílias expulsas de suas propriedades, mulheres abusadas, crianças abusadas por membros desses grupos. Inclusive, dentro dos seus acampamentos famílias são abusadas, são torturadas, são expostas ao trabalho escravo. É coisa que a gente sabe, que a gente denuncia, mas parece que o governo, o PT, que é aliado desse movimento, está o tempo todo o encobrindo.

Para além disso que eu estou falando aqui, esse mesmo movimento é responsável por diversos desvios, inclusive de equipamentos agrícolas. Eu estou recebendo as denúncias, estou recebendo vários indícios de outros crimes que esse movimento costuma...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) praticar e serão todos, todos, expostos no devido momento. Mas fica aqui registrado o meu agradecimento a todos aqueles que votaram a favor desse projeto na Câmara dos Deputados. Invasor de terra tem de ser punido, inclusive, espero que, logo em breve, com prisão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem dos deputados inscritos, eu deveria convidar o deputado Euclides Fernandes, mas ele não se encontra.

Com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, aqueles que nos assistem através da *TV ALBA*, ontem, não deu para eu falar desta tribuna por não ter tido quórum suficiente. Mas, aqui, Sr. Presidente, nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Saúde, onde eu estou na qualidade de vice-presidente. Tivemos a audiência pública para debater a situação dos hospitais de custódia e tratamento na Bahia.

Deputado José Raimundo, o Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 487/2023, determina o fechamento dos hospitais de custódia no Brasil. São 32 unidades, inclusive, na nossa Bahia. Uma unidade de custódia está localizada em nosso estado com 170 internos. E existe, deputado José Raimundo, a preocupação, porque, ontem mesmo, nessa audiência pública, segundo o representante do Creneb, nem um profissional, nem mesmo uma instituição foi ouvida sobre essa questão.

Isso é preocupante porque o “Maníaco do Parque”, autor de grandes atrocidades, provocou muitas vítimas e poderá estar no meio da rua a qualquer momento. Como a família poderá controlar ou dar segurança à população e até à própria pessoa? E a preocupação é esta, deputado José Raimundo, qual seja, já era para ter fechado, pela portaria, agora, no mês de maio, e foi prorrogado até o mês de outubro.

Então está sendo feita uma mobilização em todos os estados. No Senado, no mês passado, já houve, inclusive, uma discussão e uma audiência pública sobre o assunto. E a gente espera que o Conselho Nacional de Justiça reveja esta situação, porque se não acontecer isso, nós teremos, já, uma tragédia anunciada com vítimas, com vítimas.

A população já sabe e está preocupada. Todo cidadão está preocupado. As famílias estão preocupadas. Digo isso porque a saúde mental precisa ter um tratamento humanizado. Quanto à saúde mental, o governo precisa respeitar e, também, dar a assistência, porque é dever do estado.

Nós tivemos essa audiência com vários profissionais do Creneb. Tivemos a presença de um juiz com grandes conhecimentos a respeito da causa. Mas a gente lamenta a forma como está sendo feito. Isso não pode ficar da forma que está.

Eu não poderia deixar de fazer este registro e mostrar minha preocupação. Principalmente, eu gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa. Eu vou deixar aqui o texto, que não foi lido. Peço que este discurso, que está aqui, que eu nem li, mas eu quero que fique registrado nos Anais desta Casa. Assim, depois, a gente pode mostrar que foi anunciada aqui e discutida a preocupação, não só deste deputado, mas eu tenho certeza de que dos demais deputados que compõem a comissão.

Hoje, Sr. Presidente, eu estive no Ministério Público do Estado da Bahia como presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Bem-Estar Animal e da Segurança Ambiental, da ALBA. Tivemos uma reunião com o promotor de Justiça, Dr. Augusto César. Ele nos atendeu muito bem.

Levamos algumas pautas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que essa frente possa estar junto ao Ministério Público, fazendo as inspeções da barragem na Bahia, a coleta seletiva de resíduos sólidos, a discussão do Canal do Sertão Baiano, a regulação de serviços ambientais. Vamos ter um Fórum da Proteção Animal. Então, hoje, nós tivemos essa reunião muito importante e proveitosa.

Aqui, eu quero agradecer a receptividade do promotor de Justiça, Dr. Augusto César.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado José de Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a nossa lista de inscritos, convido o deputado Tiago Correia. (Pausa) Não está.

Com a palavra o deputado Felipe Duarte. (Pausa) Não se encontra.

Com a palavra a deputada Olívia Santana. (Pausa) Idem.

Com a palavra o deputado Vitor Bonfim. (Pausa) Idem.

Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto. (Pausa) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Samuel Junior. (Pausa)

Em permuta, com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Arimateia já falou?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Acabou de falar. Se V. Ex.^a quiser fazer uma permuta, não tem problema.

Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Só 1 minutinho, Sr. Presidente. O nosso tempo, por favor. Volta o tempo aí.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a terá o tempo necessário para expressar o seu pensamento. Fique à vontade.

O Sr. ALAN SANCHES: O pessoal da informática tem o dedinho rápido ali, não é? Obrigado, turma.

Na verdade, queria, primeiro, saudar V. Ex.^{as}, deputadas e deputados presentes. Gostaria de dizer o seguinte: onde esta Casa tinha visto um negócio deste? Impensável. Eu tenho 14 anos aqui. Estou em meu 14º ano, ou seja, quarto mandato como deputado estadual.

Eu pergunto: onde estão os deputados da Base do Governo? Eles são 43 deputados. Na verdade, 42 deputados, deputado Hilton. Só temos aqui o independente deputado Hilton, do Psol, e o único representante, que é o vice-presidente, que está dirigindo os trabalhos!

Imaginem uma coisa impensável! São 43 deputados da Base do Governo. E onde eles estão para estabelecer o debate que a sociedade exige e os sindicatos dos servidores exigem para que a gente pudesse, de alguma forma, contribuir com este reajuste que o governo quer dar? Vejam, este reajuste é injusto, é indigno.

Nós apresentamos uma emenda de 10%. A Oposição toda apresentou uma emenda de 10% de reajuste, a fim de que esse fosse dividido ao final de maio e em 1º de setembro, para que a gente pudesse realmente conversar.

Mais uma vez, o governo do estado demonstra ser perverso com os servidores. Ele não gosta do servidor. Está assim. Foi assim nos precatórios dos professores; foi assim, mais uma vez, no abono; foi assim com o ex-governador Rui Costa que, durante 7 anos, não reajustou os salários dos servidores. Apenas no 8º ano, ano eleitoral, aí, ele quis fazer um gesto para tentar amolecer o coração dos servidores.

Eu espero, realmente, que os servidores estejam vendo como o governo do PT, o governo do Partido dos Trabalhadores, está tratando quem ele mais utilizou nas mobilizações sindicais e nas mobilizações sociais. Vejam qual a resposta que o governo do PT, o governo do Partido os Trabalhadores, tem dado.

Da mesma forma, deputado Hilton, é assim com a categoria dos defensores públicos. Não é possível que um projeto que está aqui desde dezembro, e a gente não consegue avaliar, porque eles não trazem para a pauta. Os defensores públicos ficam batalhando e discutindo o tempo todo, procurando a Casa Civil, o governo do estado. E, de forma alguma, são recebidos e contemplados.

Amigos, amigas, a gente precisa acordar! A Oposição já acordou! Quem precisa despertar, deputado Zé Raimundo, é a sociedade que, no momento eleitoral, parece esquecer todos os maus-tratos recebidos durante o governo do Partido dos Trabalhadores. Parece que, apenas, um gesto de carinho desenrola, desaparece. E, a partir daí, eles começam a gostar do governo do PT.

Dessa forma que, amigas e amigos, eu peço, encarecidamente, que um dos 43 deputados da Base do Governo possa, neste momento, se agrupar às fileiras da Oposição para que a gente possa defender um reajuste digno para o servidor. Vejam, com 4% de índice, não existe ganho real! Nós precisamos saber que quem coloca a máquina do estado para andar e para girar é, justamente, o servidor. O servidor sempre foi a base eleitoral do PT. Mas o governo do estado esquece. E, dessa forma, tenha certeza de que hoje... bem, ontem, nós conseguimos, junto com a mobilização feita pelos servidores públicos, barrar e adiar, mais uma vez, a votação.

Hoje correram! Hoje, a Base do Governo correu! Correram do debate! Não sei se é um desarranjo na articulação política. Não sei se é um desarranjo, porque as queixas são muito grandes dos deputados da Base do Governo.

Mas não cabe a mim! A mim, cabe chamar os deputados da base para virem e para colocarem a cara aqui, a fim de que a gente possa discutir, melhorar e dar um reajuste digno para a categoria dos servidores.

Todo ano é a mesma coisa! Não é possível que o governo do estado não aprenda como tratar as pessoas e, principalmente, os servidores!

Muito obrigado, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Alan Sanches.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho.

O Sr. Samuel Junior: Não era eu, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Oh, desculpe, V. Ex.^a. Eu ia seguir a ordem e deixar V. Ex.^a por último. Mas já que está aí, em permuta, eu concedo a palavra ao nobre secretário desta Casa, deputado Samuel Junior.

Com a palavra o deputado Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas deputados, hoje, eu não posso usar a expressão deputadas, porque as deputadas não apareceram aqui. Mas, por certo, elas estão em atividades externas.

Quero fazer coro à fala do meu líder, deputado Alan. Ficamos muito impressionados, porque, hoje, uma quarta-feira, os deputados do Governo não apareceram, porque V. Ex.^a, mesmo sendo deputado do Governo, está aqui na condição de presidente desta sessão. Então, portanto, o deputado Zé Raimundo não pode falar por eles. Mas faz parte do Parlamento.

Bem, o Dr. Octávio Mangabeira dizia: “Pense em um absurdo, na Bahia tem precedente”, mas se ele estivesse vivo hoje, deputado Hilton, ele diria: “Pense em um

absurdo, no STF tem precedentes.” Interessante que, em 2019, o Marcelo Odebrecht, na sua delação, disse: “o amigo do amigo de meu pai”, se referindo, à época, ao então presidente do STF, o ministro Dias Toffoli.

Todos nós sabemos como foi o desfecho da Lava Jato, sabemos que muitos milhões ou muitos bilhões foram desviados. O próprio Marcelo Odebrecht disse que o acordo que havia feito à época tinha sido de R\$ 200 milhões, dos quais R\$ 100 milhões seriam destinados para o Partido dos Trabalhadores e os outros R\$ 100 milhões seriam rateados nacionalmente. Mas, quando foi questionado por José Dirceu e por Palocci, o próprio Marcelo disse – eu falo da própria fala dele na sua delação, meu caro Dr. Geraldo – que o Dirceu e o Palocci estavam cobrando R\$ 300 milhões, sendo R\$ 200 milhões para o caixa central e os outros R\$ 100 milhões para serem rateados pelo Brasil.

Mais tarde, o Palocci disse, na sua delação, que o presidente Lula tinha pego em dinheiro vivo. Isso que eu estou falando está em todos os sites, no *Metropolitan*, no *O Globo* e em tantos outros, inclusive existem vídeos dessas delações.

Os anos se passaram e hoje o próprio amigo do amigo do pai de Marcelo Odebrecht disse que ele não deve absolutamente nada, extinguiu todo o processo e toda a delação que o próprio Marcelo tinha feito. Fica a pergunta, presidente: o fato de se ter extinguido o processo, no dia de ontem, foi por ser amigo do amigo do pai dele? Ou será que nós estamos enxugando gelo, como falei na segunda-feira, já que a polícia e o Ministério Público fazem as suas investigações, há apuração, há delações, mas, infelizmente, a Justiça bota para fora dizendo: “Não deve nada”?

Se é para botar para fora, se a Justiça hoje tem soltado quem não está devendo nada, presidente, por que não soltar Marcinho VP, Marcola ou Fernandinho Beira-Mar, já que esses homens não devem nada? Será que isso vale até para esses homens que trazem tanta despesa para a União por estarem em presídio de segurança máxima e mesmo assim controlam toda sua facção do lado de fora? Já que a gente pode inocentar o Marcelo, já que a gente pode dizer que o José Dirceu não deve absolutamente nada, já que a gente pode dizer que o Palocci não deve nada, esses homens também, meu caro Alan, não devem nada. Vamos devolver esses homens para a sociedade e, quem sabe, até homenageá-los ou pedir ao próprio STF que homenageie esses homens pelo grande serviço que eles fizeram para a nação.

Esse é o Brasil que nós estamos vivendo e é por isso que eu volto a dizer: se o Dr. Octávio Mangabeira hoje estivesse vivo, ele diria: “Pense em um absurdo, no STF tem precedente.”

Que Deus abençoe e tenha misericórdia do nosso Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho.

(O deputado Samuel Junior assume a presidência da Mesa.)

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, não posso deixar também de fazer o meu registro de que ontem não se conseguiu votar nesta Casa o projeto dos pífios 2,6% – que todo mundo já sabe que é o impacto real dos 2% mais 2% que o governo está oferecendo –, em função da ocupação dessas galerias e do constrangimento que os movimentos sociais têm, sim, de fazer em relação ao poder instituído, porque paz sem voz não é paz, é medo.

Mas, a expectativa dos movimentos sociais é de que o governo, a partir de hoje, abra as mesas de negociação e faça com que, na mesa, a proposta-chave para se começar uma discussão respeitosa seja dos 10% de reajuste. Senão, é como diz o movimento: “Não vai ter arrego, não vai ter sossego.” E nós estamos com os movimentos sociais.

Quero registrar também o nosso apoio, como já fizemos diversas vezes nesta tribuna, ao retorno do PLC nº 154/2023, que reestrutura a carreira da Defensoria Pública, a qual ontem também esteve presente na figura de dezenas e dezenas de defensoras e defensores, ocupando o espaço desta Casa e dizendo que essa situação não pode perdurar para além desta semana do mês de maio.

O mês de maio é muito especial para a Defensoria Pública nacionalmente e não pode significar mais uma frustração para defensores e defensoras ou para a sociedade que entende o significado da nossa Defensoria Pública e quer, portanto, a valorização da carreira dos defensores e defensoras.

Mas, Sr. Presidente, ocupo esta tribuna principalmente para tratar de elementos relacionados à questão ambiental. Eu quero fazer uma referência ao colega do PL que ocupou esta tribuna e que falou de maneira tão raivosa contra o MST: “As ocupações criminosas do MST”. Essa leitura não resiste a uma análise de 5 minutos, se nós tomarmos como exemplo a questão fundiária na Bahia, pois nós vamos perceber que, conforme dados oficiais, 70% das terras da Bahia são terras devolutas. Portanto, o grande latifúndio – esse agronegócio que se diz o senhor da economia baiana – é, em grande medida, levado à frente, ele sim, por invasão de terras públicas. E por que o deputado que me antecedeu não tem a coragem de assinar a CPI da grilagem do grande latifúndio em relação às terras públicas na Bahia? Essa seria uma atitude corajosa e, se não tem medo da verdade, vamos discutir cientificamente o que é a terra na Bahia.

Sr. Presidente, quero falar sobre uma questão que é muito cara, porque o MST é um dos maiores defensores do meio ambiente neste país. É quem faz reflorestamento e, portanto, falar de democratização da posse da terra significa também falar da tragédia do Rio Grande do Sul. Hoje, 99% dos brasileiros e brasileiras, segundo o instituto Quaest, consideram que há uma relação direta entre a tragédia no Rio Grande do Sul e as mudanças climáticas, mas, ainda assim, o partido do deputado que me antecedeu colocou projetos – imaginem! – no Congresso Nacional que falam em autorizar o desmatamento de florestas regeneradas, aquelas florestas, deputado Zé Raimundo, que já teriam passado por um processo de reavivamento a partir da intervenção por uma autocrítica, na prática, em relação ao desmatamento. Está no projeto do PL a redução de 80% para 50% da área de reserva dos imóveis rurais da

Amazônia e a retirada da proteção adicional da Mata Atlântica atingindo biomas, como...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o Pampa, o Pantanal e o Cerrado também.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero concluir dizendo que é preciso ter uma atitude na Bahia também. Nós apresentamos e aprovamos nesta Casa a indicação ao governador Jerônimo do projeto de criação da unidade de conservação da Serra da Chapadinha...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Para concluir, Sr. Presidente.

Desde o ano passado, esse projeto está como indicação desta Casa para o governador Jerônimo; o Ministério do Meio Ambiente já se pronunciou apoiando esse posicionamento; o presidente do ICMBio, Mauro Pires, também fez declaração pública falando da relevância hídrica da Serra da Chapadinha; só o governador Jerônimo ainda não entendeu que é muito importante a criação dessa unidade de conservação.

Eu quero só concluir dizendo que se os intentos da mineração que estão colocados para a Serra da Chapadinha já tivessem se realizado, hoje, 80 municípios poderiam estar com as suas águas contaminadas e Salvador, inclusive, estaria numa situação de dificuldade de abastecimento, já que o Rio Una, que tem uma relação direta com o abastecimento da nossa cidade, está também localizado naquela região...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) e está sob risco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o professor José Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Colegas deputados, deputadas, os que nos assistem pelas redes sociais, pela *TV Assembleia*, os presentes nas galerias, imprensa e nobre deputado Samuel Junior que preside esta sessão, tive oportunidade de ouvir atentamente duas falas da Mesa, que foram importantes para o debate nacional do nosso país sobre a questão das nossas instituições. Mas, para efeito de registro para os futuros historiadores que lerão os nossos assentamentos – as nossas falas transcritas pelas nossas profissionais que estão aqui –, os quais irão para os Anais desta Casa e para os documentos, eu queria ressaltar que esse debate sobre a Lava Jato percorreu o mundo inteiro.

Esse debate está em livros e em um filme do Oliver Stone, o grande cineasta americano que foi soldado na guerra do Vietnã, autor de filmes extraordinários e premiados, como *Platoon* e *Nascido em 4 de Julho*. O Oliver Stone é um cineasta

democrata e que fez um documentário, ou melhor, fez vários filmes documentais sobre a época contemporânea e sobre os grandes líderes. O último filme dele é sobre o Lula e acaba de ser aplaudido no *Festival de Cannes*. E um dos focos é exatamente o período da Lava Jato.

Há também livros publicados, documentários, e claramente o que hoje o mundo jurídico diz, os grandes intérpretes dizem, é que houve, de fato, o *Lawfare*, a utilização da lei para perseguir e condenar adversários.

Inclusive, na confusão, levaram também as empresas brasileiras, as empresas das quais ninguém aqui é fã, ninguém gosta dos grandes generais da economia brasileira, dos grandes oligopolistas, mas, de fato, algumas empresas nacionais se notabilizaram pela capacidade técnica, empresarial. É o caso da Odebrecht, que hoje foi jogada lá no lixo da economia mundial por conta dessa perseguição, e tantas outras.

Então, na verdade, o que houve foi uma loucura, uma mania de certas figuras, que, infelizmente, estão ativas na política e perseguiram naquele momento... A sociedade brasileira, cega, acabou seguindo todas aquelas demagogias que foram levantadas e condenou não só o presidente Lula, mas também o nosso partido, levando de roldão essas empresas.

Esse é o primeiro registro, a história está aí mostrando que não houve absolutamente... E agora, felizmente, o Supremo Tribunal Federal está corrigindo aquilo que foi feito pelo Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul (TRF da 4ª Região), que infelizmente utilizou da lei para perseguir os adversários, esse é um registro.

O segundo registro é para dizer, gente, que o MST é outro movimento reconhecido nacionalmente e internacionalmente. Ora, dizer que o MST está utilizando invasões, ocupações... Eu pergunto aos senhores: o que é que fizeram com a lei de 1850, a primeira Lei de Terras? É um país que teve a família Guedes, proprietária de terras que saíam daqui e chegavam no Rio das Velhas, 700 léguas de propriedade, o maior latifúndio do mundo, registrado aqui na Bahia.

Rio das Velhas é toda aquela região de Vitória da Conquista...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a partir dela, São Francisco, Piauí, pertencente a um proprietário que, por meio das heranças, ainda hoje tem um latifúndio gigantesco. Inclusive, nesta Casa, tem parentes herdeiros desse latifúndio.

A Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, foi para impedir que as terras públicas pudessem ser, de certa maneira, socializadas ou distribuídas para a população afrodescendente, que naquele momento estava se tornando livre. Porque, com a lei de 1850, foi proibido o tráfico, ali começava a possibilidade de libertação dos negros do trabalho escravo, ali proibiram.

De lá para cá, metade da Amazônia é de terras devolutas ou as terras devolutas na Amazônia somam metade daquele território, gente.

Então, Salvador! Salvador... Há um livrinho famoso escrito pelo professor Cid Teixeira, meu grande mestre, sobre o uso e posse das terras urbanas de Salvador, está tudo registrado lá, como foi feita essa estrutura para favorecer os grandes grupos econômicos. Terras devolutas.

E, para concluir, Sr. Presidente, no dia 9 de maio, há 400 anos, os holandeses chegaram à Bahia, 400 anos. Chegaram em 9 de maio de 1624 e saíram em abril de 1625. Ora, sabe por quê? Porque disseram assim: “O mundo está aí, o mar é aberto, e os holandeses vieram para tomar, tomar os engenhos de açúcar da Bahia.”

O capitalismo nasceu com sangue, com morte, com assassinato, com guerras. O capitalismo é a civilização dos desesperados, o capitalismo é uma civilização que teve o seu momento de apogeu, de desenvolvimento, de progresso, de revoluções, mas, há mais de 1 século, se tornou regressivo. Não tem futuro para a história com uma sociedade selvagem que não respeita os seres humanos nem a natureza.

Para concluir, obrigado pela tolerância, Sr. Presidente, mas esse tema eu gostaria de debater com mais profundidade. Se hoje eu estivesse num Grande Expediente, eu ficaria aqui por 25 minutos percorrendo e convidando os colegas para o debate, mas, como o Grande Expediente hoje é do amigo Alan Sanches, eu concluo aqui desejando a todos uma boa-tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o nobre deputado Diego Castro. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado, para que a gente também possa concluir o Pequeno Expediente.

E eu devolvo aqui a presidência ao meu amigo irmão deputado Zé Raimundo. (O deputado Zé Raimundo Fontes reassume a presidência da Mesa.)

O Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos aqui presentes nesta Casa no dia de hoje, a TV ALBA, que transmite esta sessão, todos os baianos.

Sr. Presidente, eu queria começar este discurso rebatendo aqui as falas lamentáveis do deputado Hilton Coelho, ao falar da questão fundiária no Brasil, em relação ao meu partido, à posição dos parlamentares do meu partido, o PL, que eu represento com muito orgulho.

Eu digo, deputado Hilton, que V. Ex.^a e o Psol se recolham às suas insignificâncias, pois moral vocês não têm nenhuma para falar em relação ao direito de propriedade, porque é uma coisa que, se dependesse de você, não existiria. Se dependesse de você, não existiria a propriedade, que é algo indispensável para a dignidade da pessoa humana.

Se quer falar em relação à questão da regularização fundiária no Brasil, vamos falar primeiro do governo, reconhecer o governo contra o qual vocês tanto trabalharam, do presidente Jair Bolsonaro, que foi o governo que mais deu títulos de propriedade na história do país, mais de 400 mil em apenas 4 anos.

Lula e Dilma, governos que V. Ex.^a e o seu partido sempre apoiaram, ainda que por debaixo do pano, como eu já desmascarei aqui, sempre estiveram juntos, não fizeram nem a metade, nem a metade disso. E quer vir falar que o MST é santo, que o MST é um movimento de defesa dos oprimidos, que é um movimento que luta por justiça social.

Uma hipocrisia, pura mentira e puro engodo! Estive na CPI do MST aqui na Bahia, e o que vimos foram verdadeiros atos de banditismo sendo cometidos por criminosos.

Porque eu, primeiro, pergunto, Hilton, o movimento que V. Ex.^a defende tem personalidade jurídica? Tem? Não tem. Por quê? Porque querem viver à margem da lei. É assim que vivem criminosos, nunca vão estar dentro, mas ao arrepio da lei. Por quê? Porque vão ficar sempre impunes sob a égide desses governos de esquerda que hoje estão na Bahia e no Brasil, que são braços deles para fazerem o que querem.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez, reforço aqui a minha postura e a postura do meu partido, o PL, nesta Casa, de defesa do direito de propriedade. E, quando se fala em defesa do direito de propriedade, essa gente aí gosta de dizer: “Ah, é defesa das elites, dos grandes empresários, dos grandes produtores.” Mas o que estamos vendo na verdade? Pessoas da base da sociedade, pobres, humildes que estão sendo escravizadas por um movimento que vocês defendem, por essa porcaria de MST, por esse movimento criminoso que invade terras, ameaçam pessoas, como vimos nos depoimentos da CPI. Não sou eu que estou falando, são as próprias pessoas oprimidas, sobretudo esses pequenos que sabem qual é a regra: se não viver debaixo do que eles mandam tem duas opções, ou foge ou vai viver debaixo do chicote, porque é assim que funciona nesses locais.

Professor Zé Raimundo, com todo o respeito que eu tenho por V. Ex.^a, como uma pessoa experiente aqui e, vamos dizer formalmente, vice-presidente desta Casa, mas dizer que o capitalismo é o mal dessa sociedade, me perdoe, Sr. Presidente, V. Ex.^a está de brincadeira. Eu pergunto: onde é que o socialismo vingou na história da humanidade?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Qual foi o exemplo...

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) que deu certo...

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) no socialismo?

Deixe-me concluir, deputado, tenha educação!

Qual foi o exemplo que o socialismo deu de benéfico para a sociedade? Nenhum. Vamos olhar para Cuba, que é uma miséria desgraçada. Vamos olhar para a Venezuela, onde o povo está comendo cachorro. Vamos olhar para a China, onde até hoje o povo tem a cultura de comer inseto porque aprendeu isso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) no início do regime maoísta e tiveram que usar o capitalismo, olha só, para chegarem aonde chegaram hoje. Vamos olhar tantos outros exemplos, principalmente nos estados que o partido de V. Ex.^a governa, o PT, que têm os piores índices de tudo, inclusive de desenvolvimento social no Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, eu tinha pedido uma questão de ordem a V. Ex.^a primeiro.

O Sr. Hilton Coelho: Pedi anteriormente, Sr. Presidente. Fui citado, inclusive, pelo deputado que usou a tribuna agora.

O Sr. Samuel Junior: Não. Aí, fica a critério de V. Ex.^a que está presidindo, porque eu tinha pedido.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tranquilo. Eu vou dar a questão de ordem em primeiro ao nobre deputado Samuel Junior; em seguida, a V. Ex.^a.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, de forma regimental, gostaria de que V. Ex.^a observasse o quórum para a continuidade da sessão, uma vez que estamos exatamente cravando o encerramento do Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Samuel Junior: Gostaria de que V. Ex.^a me atendesse. Como eu tenho meu tempo aqui para fazer a minha contestação, V. Ex.^a, por quem sempre tenho, acima de tudo, muito respeito e carinho, principalmente porque V. Ex.^a é um historiador, e no seu discurso fez muita questão de deixar claro – até para que se deixasse para as próximas gerações, dentro das notas taquigráficas – o discurso que V. Ex.^a fez, talvez até fazendo um contraponto à minha fala sobre a Lava Jato.

Mas é interessante que V. Ex.^a disse que o STF, no dia de ontem, julgou ou deu aquela carta branca, reconhecendo que não passou de apenas um lava-jato em que se lava um carro. Mas esse próprio STF, presidente, foi quem julgou em 2019 o ex-presidente Lula. Então, V. Ex.^a disse que o STF que tomou a decisão ontem não foi o mesmo STF que tomou a decisão em 2019?

E como V. Ex.^a gosta muito de história, um amigo meu, que é também historiador – eu não vou citar o nome dele apenas por respeito –, me fez lembrar de uma música de Juca Chaves que, em 1960, dizia assim: “*A polícia vai e prende, a justiça vem e solta.*” Talvez eu possa dizer que o Juca Chaves, quase 70 anos atrás, ou 74 anos atrás, estava sendo profeta nos dias de hoje: a polícia vai e prende, a Polícia Federal vai lá e investiga, mas, infelizmente, o STF vai lá e solta. Esse é o Brasil em que nós estamos vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de que V. Ex.^a, então, verificasse o quórum regimental para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu gostaria de que V. Ex.^a...

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, foi pedida a verificação de quórum, presidente.

O Sr. Hilton Coelho: (...) marcasse os 15 minutos regimentais para a verificação do quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Acatarei a solicitação de V. Ex.^a, mas, antes, eu vou conceder a questão de ordem ao nobre deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Muito obrigado, Sr. Presidente.

A primeira coisa que eu quero dizer é que, na cabeça, no raciocínio restrito do deputado que ocupou a tribuna anteriormente, dificilmente vai entrar o entendimento sobre qual é a nossa concepção de propriedade.

Nós somos contra a propriedade privada dos meios de produção, não contra a propriedade privada em geral. E sobre isso nós poderemos levar, como disse o deputado Zé Raimundo, uma tarde inteira discutindo, especialmente sobre essa propriedade da terra garantida, imposta pelo grande latifúndio.

Mas o problema fundamental aqui é que o deputado que me antecedeu tem uma espécie de pós-graduação em distorcer o sentido verdadeiro dos debates. Então, do que nós estamos falando aqui não é de propriedade privada ou propriedade coletiva da terra, nós estamos tratando aqui de grilagem da terra. É desse debate...

O Sr. Dr. Diego Castro: O que o MST, o movimento que V. Ex.^a defende, faz, deputado...

O Sr. Hilton Coelho: Olha para isso! A gente não pode contrapor...

O Sr. Dr. Diego Castro: Fala isso, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Eu peço que o presidente garanta a minha fala.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vamos concluir? Eu vou encerrar a sessão.

O Sr. Hilton Coelho: Está se discutindo aqui a grilagem que começou lá nas capitanias hereditárias, não é, presidente? As capitanias hereditárias que criaram os primeiros grandes latifúndios neste país. E essas famílias que vieram aí, geração após geração, negando o direito de usufruir dos territórios principalmente ao povo negro e aos povos indígenas.

São para essas famílias que o deputado, o partido do deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado pela questão de ordem, deputado. Para concluir.

O Sr. Hilton Coelho: Só para concluir, Sr. Presidente.

(...) representa um verdadeiro pitbull do ponto de vista...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vou encaminhar a questão de ordem.

Verifico que não há número suficiente e dou por encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Cláudia Oliveira, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Kátia Oliveira, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen (justificada), Penalva (licenciado), Raimundinho da JR, Roberto Carlos e Robinho. (13)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.